

CALDEIRA, Alfredo e ESTEVES, João (coord.) (2024). *Tarrafal. Presos Políticos e Sociais (1936-54 e 1961-74)*. Lisboa: Edições Colibri, 444 pp., ISBN: 978-989-566-395-8¹.

Com o correr dos anos, uma muito considerável bibliografia versando o Tarrafal foi emergindo. Diversos aspetos têm vindo a ser iluminados, quer a partir de testemunhos, como os de Cândido de Oliveira, Edmundo Pedro ou Luandino Vieira, quer a partir de estudos, como os de José Vicente Lopes, Victor Barros ou Celestino Domingos Tavares Silva, ou ainda teses de doutoramento, como a de Antónia Gato Pinto, ou diversas exposições. Daí que este novo contributo, surgido no cinquentenário do seu encerramento definitivo, deva ser assinalado. Porque, como é sabido, o Tarrafal teve duas vidas: entre 1936 e 1954, acolhendo, maioritariamente, opositores portugueses do Estado Novo; entre 1961 e 1974, recebendo militantes dos movimentos de libertação das então colónias. Mas, o Tarrafal teve, por assim dizer, “outras vidas”, no sentido em que este modelo prisional foi antecipado já em tempos de Ditadura Militar, quer na ilha de S. Nicolau, também no arquipélago de Cabo Verde, quer em Timor. Corolário dessas experimentações de encarceramento político, o Tarrafal foi, decerto, o mais impiedoso lugar de todo o sistema (quase quatro dezenas de vítimas mortais), que incluía as não menos tristemente famosas prisões de Caxias, do Aljube, de Angra do Heroísmo e de Peniche. Neste sentido, muitos presos transitaram, uma e outra vez, entre estes espaços, aí cumprindo penas ou aguardando que o julgamento (nunca) chegasse.

Assinado por um conjunto de autores conceituados nos estudos do anti-fascismo e do anticolonialismo, este livro é, antes de mais, um projeto ainda em curso. Lançado em finais de 2022, como referem os coordenadores Alfredo Caldeira e João Esteves, no intuito de “criar um Centro de Documentação do Campo de Concentração do Tarrafal, abrangendo, pela primeira vez, as duas fases”, assim como de gerar “uma plataforma informática que assegurasse a disponibilização de informação sobre o Tarrafal e de quantos lá foram encarcerados” (p. 13), o projeto irá permitir uma contínua atualização dos dados existentes. Esta última característica, entre as mencionadas, constitui uma das suas mais promissoras originalidades. De resto, duas secções do livro permitem aferir da importância do recurso ao digital: as “Biografias da Fase I (1936-1954)” (p. 73-257); e as “Notas biográficas” relativas a “Angola” (p. 279-332), à “Guiné” (p. 365-385) e a “Cabo Verde” (p. 397-406). É que, se se

¹ Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

alguns presos, como Mário Castelhana, “destacado dirigente anarcossindicalista e da CGT” (p. 238), dispõem de informação pormenorizada, outros veem a sua nota concluída com um lacónico “saiu em liberdade”, ao passo que outros ainda, sobretudo aqueles oriundos dos movimentos anticoloniais, não chegam a dispor de fotografia ou até de qualquer outro dado, a não ser o nome com o qual deram entrada no campo. Sem dúvida que a plataforma informática, transcendendo a natureza mais constante das páginas em papel, apesar da possibilidade de uma segunda e terceira edição, irá permitir completar, a pouco e pouco, o perfil daqueles que passaram os umbrais da prisão, dando rosto aos nomes e acrescentando vida vivida aos que lograram traspor os mesmos umbrais, muitas vezes para ingressar em novo cárcere. Trata-se, pois, de um esforço de ampliação do laconismo simbólico do memorial, ao mesmo tempo que se pretende preservar e renovar, do ponto de vista histórico e historiográfico, a memória das lutas contra a ditadura.

Por seu lado, diversos pequenos estudos, fazendo as vezes de capítulos, enquadram estas longas secções biográficas dos presos. Um primeiro conjunto destes textos refere-se à Fase I. Veja-se que o primeiro capítulo, da autoria de Fernando Rosas, “Morte Lenta no Chão Bom” (p. 19-26), pretende sublinhar a “originalidade” do Tarrafal, apesar do já mencionado experimentalismo da Ditadura Militar. Situando a sua criação na cronologia da consolidação do regime de Salazar, Rosas recapitula estes passos, quer do ponto de vista da legislação surgida, quer a partir das primeiras revoltas contra o Estado Novo. Por último, o historiador salienta, sem perder de vista o momento presente, que “é com essa imprescindível memória que também se há-de construir e defender o futuro da democracia política e social” (p. 26).

Se o contributo de Luís Farinha, “O Estado Novo e o novo ‘perigo espanhol’ A fascização do regime na segunda metade dos anos 30” (p. 27-37), partindo de uma frase de Ramada Curto, traz de novo à liça a questão da categorização “fascista” do regime, já o texto de João Esteves, “A Greve Geral Revolucionária do 18 de Janeiro de 1934” (p. 39-43), explicita a organização, os objetivos e os envolvidos neste momento seminal da resistência ao Estado Novo, levado a cabo em diversos pontos do país, e não apenas na Marinha Grande, que congregou, não sem disputas, organizações sindicais anarquistas, comunistas, socialistas e independentes. Por sua vez, seguindo um fio cronológico, “Da Revolta dos Marinheiros de 1936 ao Tarrafal” (p. 43-53), de Luísa Tiago de Oliveira, caracteriza a outra grande leva dos primeiros presos a chegar ao campo de concentração. À semelhança do que sucede com outros textos, estamos perante sínteses, quando talvez se impusesse artigos de maior fôlego. Porém, percebe-se a opção, uma vez que este volume de 444 páginas consagra 267, ou seja, 60%, às

notas biográficas de 588 homens, incluindo, também, um “Dever de Memória” (p. 425-427), de Diana Andringa, e um glossário (p. 429-434) com uma lista dos diretores e algum do jargão do campo.

Os capítulos finais da Fase I, assinados por Domingo Abrantes, “Os Comunistas e o Tarrafal” (p. 55-59), e Antónia Gato Pinto, “Resistência Anarquista” (p. 61-67), revelam-se, talvez, dos mais interessantes, em virtude da sua análise, ainda que sucinta, às condições e ao quotidiano. Cada um, a seu modo, entretece uma narrativa acerca das organizações que se constituíram no campo, as quais sustentavam visões políticas e ideológicas diferenciadas, mas também sobre os “colaboracionistas, aqueles que nomearam por ‘amarelos’, ‘rachados’, ‘Bufos’, enfim... ‘não idóneos’” (p. 66). Porque, acrescenta Antónia Gato Pinto, “unidos, os resistentes, formaram uma força coesa contra as intenções dos carcereiros, enfrentaram os piores momentos de repressão, criaram mecanismos de solidariedade em proveito de todos os reclusos”, em nome de uma “grandeza moral” que transcendeu todas as divisões (p. 65-66).

Relativamente à Fase II, o denominado “Campo de Trabalho de Chão Bom”, esta começa por ser objeto de análise por parte de Maria da Conceição Neto, através de dois textos: “Campo de Chão Bom, Tarrafal – uma prisão (também) angolana” (p. 265-272) e “Angolanos no Tarrafal. Pequeno guia para uma história política” (p. 273-278). Enquanto o primeiro traça a diversidade étnica e ideológica dos envolvidos, o segundo enuncia as diversas levas (ou grupos) encaminhados para a prisão de Cabo Verde entre 1962 e 1970. Na verdade, escreve a autora: “para os Angolanos a ida para o Tarrafal acrescentava, na prática, o degredo à prisão. Mesmo que as condições materiais não fossem piores do que as dos cárceres angolanos, a distância impedia o contacto com outros conterrâneos” (p. 270-271).

Por seu turno, Julião Soares Sousa, em “A repressão colonial na Guiné a partir de 1962” (p. 335-342), e Arlindo Caldeira, “Residência Fixa... numa prisão” (p. 343-346), procuram reconstituir o grupo sobre o qual, provavelmente, subsistem mais interrogações. Disso mesmo dão conta ambos os autores. Enquanto Julião Soares Sousa adota um olhar mais analítico em torno do “longo calvário e uma das mais cruéis páginas da repressão colonial na Guiné” (p. 342), Alfredo Caldeira reconhece a complexidade do trabalho de investigação conduzido, porquanto “nenhum desses homens tinha sido levado a tribunal, julgado ou condenado. Concentrados primeiro na designada Colónia Penal da Ilha das Galinhas, no arquipélago dos Bijagós”. Numa palavra, em muitos casos, nomes numa lista, cujas diligências ainda não conseguiram destrinçar e “conhecer melhor o verdadeiro percurso de cada um desses homens” (p. 343).

Por último, Luís Fonseca, em “Presos cabo-Verdianos no Tarrafal, 1970/1974” (p. 389-396), ex-secretário executivo da CPLP e sobrevivente do campo, é autor de um ensaio pleno de informação, no qual destaca as questões da alimentação, dos cuidados médicos, da censura aos livros lidos pelos presos, dos castigos, das visitas e da organização prisional clandestina. Outros textos, de igual modo sucintos, alguns dos quais assinados, não deixam de situar o papel da Cruz Vermelha, entre “omissão e encenação” (p. 407-408), a libertação do campo, no 1 de Maio de 1974 (p. 413-416), além da legislação.

Não obstante os textos breves, o livro aqui passado em revista revela-se pleno de informação e de pertinência. Na medida em que remete para dois sites, *memoriacomum.org* e *tarrafal-ctd-org*, as valências multiplicam-se, com a inclusão de testemunhos e de obras que os leitores/internautas podem consultar, conferindo, deste modo, uma outra dimensão à bibliografia (<https://tarrafal-cdt.org/dossier/memorias-e-estudos-fase-i>). Por outro lado, há também a possibilidade de visionar o documentário *Tarrafal – Memórias do Campo da Morte Lenta*, de Diana Andringa, e de ter acesso a outros documentos fílmicos, sendo de destacar as entrevistas com os antigos presos.

SÉRGIO NETO

Universidade do Porto, Faculdade de Letras | CITCEM²

sgdneto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>



² <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>